

A experiência dos movimentos socioterritoriais na América Latina: relatos de um estudo de caso ampliado entre São Paulo e Buenos Aires

Fabiana Felix do Amaral e Silva

Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) – São José dos Campos, São Paulo, Brasil.
e-mail: fabiana.amaral@gmail.com

Lidiane M. Maciel

Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) – São José dos Campos, São Paulo, Brasil.
e-mail: lidiani.maciel@gmail.com

Resumo

Este artigo pretende contribuir para o debate sobre movimentos sociais latino-americanos à luz do conceito de movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009). Verifica-se por meio de duas experiências distintas, uma em São Paulo e outra em Buenos Aires, a construção de novas territorialidades no cotidiano de lutas e enfrentamentos às lógicas hegemônicas de gestão dos espaços. O território é compreendido como espaço de conflito e construção de significados a partir das contradições entre as perspectivas dos movimentos sociais ali inseridos e os interesses dos segmentos hegemônicos. A legitimidade das lutas destes movimentos sociais está no rompimento com processos de opressão e expropriação, nos vínculos territoriais e comunitários, na formação identitária, política e crítica de suas bases, e no fortalecimento de seus processos comunicacionais, o que produz um conhecimento próprio que traz à tona a discussão de uma potência política dos territórios.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais; territorialidades; ocupações sociopolíticas-simbólicas.

The experience of socio-territorial movements in Latin America: an expanded case study between Argentina and Brazil

Abstract

This article aims to contribute to the discussion on Latin American social movements, deals with the new territorialities built in the daily struggle and confrontation of in the center of São Paulo (Brazil) and the expanded center of Buenos Aires (Argentina). The territory is understood as a space of conflict and construction of meanings based on the contradictions between the perspectives of the social movements inserted there and the interests of the hegemonic segments. The legitimacy of the struggles of these social movements lies in breaking with processes of oppression and expropriation, in territorial and community ties, in the formation of identity, politics and criticism of their bases, in the strengthening of their communication processes, which produces their own knowledge that brings to the fore the discussion of a political power in the peripheral territories.

Keywords: Socioterritorial movements; territorialities; socio-political-symbolic occupations.

La experiencia de los movimientos socio-territoriales en América Latina: visiones

Rev. NERA	Presidente Prudente	v. 24, n. 61, pp. 61-86	Dossiê - 2021	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	-------------------------	---------------	-----------------

desde un estudio de caso ampliado entre Argentina y Brasil

Resumen

Este artículo pretende contribuir a la discusión sobre los movimientos sociales latinoamericanos, abordan las nuevas territorialidades construidas en la lucha diaria y la confrontación en el centro de São Paulo (Brasil) y el centro ampliado de Buenos Aires (Argentina). El territorio es un espacio de conflicto y construcción de significados basado en las contradicciones entre las perspectivas de los movimientos sociales insertados allí y los intereses de los segmentos hegemónicos. La legitimidad de las luchas de estos movimientos sociales radica en romper con los procesos de opresión y expropiación, en los lazos territoriales y comunitarios, en la formación de identidad, política y crítica de sus bases, en el fortalecimiento de sus procesos de comunicación, lo que produce su propio conocimiento que trae a colación La discusión de un poder político en los territorios periféricos.

Palabra clave: Movimientos socioterritoriales; territorialidades; ocupaciones sociopolíticas simbólicas.

Introdução

Nos séculos XX e XXI, as cidades latino-americanas como São Paulo e Buenos Aires intensificaram processos de ocupação e de fluxos de capitais que remodelaram ou produziram outras espacialidades (HARVEY, 2005; MARANDOLA, 2011). A cidade como mercadoria se apresenta como uma fronteira de expansão, reprodução e acumulação do capital, isto é, ela é sinônimo de empresariamento. Na disputa concorrencial, os governantes buscam alinhar as propostas e os planos da cidade ao cumprimento dos imperativos estabelecidos pelas demandas da nova economia do empresariamento (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2000; SANCHES, 2003; CARLOS, 2001).

Esta condição pode ser compreendida, em parte, pelo que Harvey (2005) nomeia de “acumulação por despossessão”, pois, como causa imediata, observam-se os processos que promovem a valorização do espaço geográfico mediante as seguintes ações: aplicação de capital na produção e reprodução do espaço; melhoramento das condições sociais para grupos da classe média e alta; e mudanças na paisagem urbana e expulsão direta ou indireta da população da classe baixa. As expulsões ocorrem diretamente por meio de despejos, incêndios criminosos e desocupações, e, indiretamente, pelo aumento do custo de vida na área central ou periférica.

Em 2018, no mesmo mês do trágico acidente ocorrido na Ocupação Wilton Paes de Almeida, no centro da cidade de São Paulo, circulavam a notícia de um empreendimento aprovado na mesma região e inúmeros relatos midiáticos sobre as ilegalidades (tráfico de drogas, extorsões de moradores) que transcorriam nos prédios ocupados no centro de São Paulo. Nota-se, neste sentido, as estratégias de produção da cidade atuam imbricadas aos processos de

criminalização e controle dos espaços. Como enfrentamento, a sociedade civil organizada em torno da luta por moradia, por exemplo, tem transformado o espaço geográfico das cidades em territórios (FERNANDES, 2005).

É diante deste contexto que os movimentos socioterritoriais urbanos reestruturam suas ações e traçam estratégias de enfrentamento ao capital imobiliário especulativo presente nas cidades. Pedon (2009) esclarece que nesse tipo de movimento, diferente daqueles que ocorrem no campo:

[...] é quase sempre o domínio do capital imobiliário especulativo, muitas vezes endossado pela intervenção do Estado, que age como instrumento que potencializa os lucros por meio de intervenções como: revitalizações, desocupações, remanejamentos e investimentos diretos (PEDON, 2009, p. 179).

Dessa forma, verifica-se que a produção capitalista da cidade expõe determinadas populações, normalmente as mais vulneráveis, a processos intensos de desterritorialização. Ao mesmo tempo, os movimentos socioterritoriais urbanos, a partir de intencionalidade específicas, promovem uma possibilidade de resistência e reterritorialização dessas populações.

Considerando essas posições, o presente artigo centra-se no debate das experiências empíricas das ações de dois movimentos socioterritoriais urbanos, um na Argentina e outro em São Paulo. As ações do grupo *La Boca Resiste y Propone*, em Buenos Aires, e do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) e da Frente por Luta de Moradia em (FLM), em São Paulo, são marcadas por um profundo debate sobre o direito à cidade em meio ao avanço da *gentrificação* dos espaços urbanos. Portanto, a reflexão deste texto tem como intuito explicitar, a partir dessas duas experiências, a conflitualidade ocasionada pelos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (FERNANDES, 2005). Pretende-se avaliar os elementos similares e os elementos dispares entre os movimentos em questão, em suas ocupações “materiais” e “simbólicas” dos territórios de vida. As experiências indicam uma incessante luta por apropriação da cidade, lócus de trabalho e moradia. Busca-se valorizar a experiência dos movimentos socioterritoriais que se fundam na capacidade “de introduzir novas formas de apropriação e uso dos territórios. Seu objetivo é a instauração de uma nova territorialidade” (PEDON, 2009, p. 174).

O artigo está dividido em quatro momentos: o primeiro apresenta um panorama de cunho teórico-histórico com foco na discussão da territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos movimentos socioterritoriais urbanos; o segundo e terceiro apresentam as experiências selecionadas em Buenos Aires e São Paulo; para, por fim, estabelecer as relações com as experiências da trajetória de ação do grupo *La Boca Resiste y Propone* e da pela Frente

por Luta de Moradia em São Paulo (FLM), apoiando-se metodologicamente na concepção de Burawoy (2014) de estudo de caso ampliado. Ambas as situações de luta podem ser definidas como socioterritoriais, pois são derivadas de ações de grupos constituídos por:

[...] pessoas organizadas que atuam conjuntamente para produzir alguma mudança na sociedade, de forma geral, atuam de maneira não-institucionalizada. São organizações que surgem em momentos de inquietação social. Dado o caráter excludente da sociedade capitalista, pois sempre haverá aqueles que se recusarão a ficar quietos diante da própria situação, donde a natureza social da conflitualidade (PEDON, 2009, p. 175).

Em ambos os estudos, valorizam-se a experiência dos grupos de participação e proposição, as solidariedades comunitárias e a rede como visibilidade, comunicação e partilha de experiências de inclusão em uma ordem capitalista perversa (MARTINS, 1997), bem como a proposição de novos modelos de vida nas cidades na tentativa de estabelecer aquilo que poderia ser chamado de comum.

Procedimentos metodológicos

As questões sugeridas na introdução serão analisadas tendo como referência a experiência de campo com movimentos socioterritoriais de Buenos Aires, em 2016, e de São Paulo, entre os anos de 2018 e 2019. Pretende-se refletir sobre a trajetória de ação do grupo *La Boca Resiste y Propone* e do movimento social Frente de Luta por Moradia (FLM), respectivamente.

A primeira análise partiu da concepção metodológica de sistematização de experiências, proposta por Oscar Jara Holliday (1998). O autor elaborou esta concepção como uma forma de realizar procedimentos de avaliação processual de experiências de movimentos sociais no sentido de instrumentalizar suas formas de renovação e readequação. Jara Holliday entende o processo de sistematização como uma interpretação crítica, vista como um reordenamento ou reconstrução do processo vivido e das suas interconexões no sentido de promover a construção de um conhecimento reflexivo e participativo. Assim, as estratégias metodológicas utilizadas na experiência com o movimento argentino foram: análise dos processos comunicacionais; acompanhamento das práticas e ações do grupo; entrevistas semiestruturadas; atividades de sistematização de experiências (oficinas de síntese e proposição); e diário de campo.

Já no estudo realizado na cidade de São Paulo, utilizaram-se: análise dos processos comunicacionais; acompanhamento das práticas e ações do grupo; e estratégias etnográficas. Realizou-se o trabalho de campo durante um ano, sendo que os/as pesquisadores/as

participaram dos eventos e atos do movimento de moradia, entrevistaram informalmente diversos moradores, e acompanharam as falas públicas dos líderes do movimento.

A apresentação dos diferentes campos de estudo e as comparações feitas entre eles se vinculam à noção de “estudo de caso ampliado”, de Burawoy (2014), definida pela “ampliação do observador dentro das vidas dos participantes sob observação; a ampliação das observações através do tempo e do espaço; a ampliação dos processos micro às forças macro; e finalmente, mas não menos importante, a ampliação da teoria” (BURAWOY, 2014, p. 15). Dessa forma, o artigo intenta trazer elementos empíricos e reflexivos que conectam diferentes territórios com histórias específicas atravessadas por processos do capitalismo contemporâneo. Tem-se como perspectiva que “cada ampliação envolve um diálogo: entre participante e observador, entre os eventos sucessivos de campo, entre as dimensões micro e macro, e entre sucessivas reconstruções da teoria” (BURAWOY, 2014, p. 15).

O processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e os movimentos socioterritoriais urbanos

Para diferentes áreas de saber em ciências humanas, constitui-se um desafio analisar teoricamente as dinâmicas e disputas que acontecem no âmbito das ações e estratégias dos movimentos socioterritoriais na realidade de Buenos Aires e de São Paulo. Fernandes (2005) compreende que os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas como dimensão essencial para sua existência. Ou seja, eles possuem a capacidade de promover formas de apropriação e uso dos territórios seguindo intencionalidades específicas. Ainda segundo o autor, esta faculdade de promover transformações no espaço geográfico pode ser compreendida por meio de um processo amplo de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (TDR):

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (FERNANDES, 2005, p. 7).

A partir dos conflitos apresentados nas cidades de Buenos Aires e São Paulo, verifica-se

que os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização se fazem presentes. A desterritorialização se relaciona aos processos de exclusão socioespacial, evidenciando que os aspectos de perda do acesso à terra ultrapassam a dimensão da terra vista no seu papel de reprodução material, mas principalmente na sua dimensão da apropriação simbólica (HAESBAERT, 1995; 2003).

A gestão neoliberal dos territórios nas últimas décadas promoveu a desterritorialização da população, que é em alguma medida reterritorializada, a partir das ações promovidas pelos movimentos socioterritoriais. Trata-se de um processo contínuo de ocupação física e simbólica das cidades, seja por meio da moradia improvisada nos prédios do centro em São Paulo, seja por meio das inúmeras manifestações que visam dar visibilidade para a luta em Buenos Aires. No caso brasileiro, Scherer-Warren destaca que “as populações mobilizadas e que se associam a redes do MST e do MTST são, geralmente, oriundas de aglomerados de exclusão [...]. Frequentemente estes trabalhadores se caracterizam por um nomadismo no campo e/ou na cidade” (SCHERER-WARREN, 2009, p. 108).

Salienta-se que as experiências e mecanismos presentes neste processo de reterritorialização são eficazes na criação de novas práticas e visões de mundo. Eles fazem, frente aos processos associados, a condução de uma política urbana atrelada, em parte, a uma governabilidade neoliberal centrada na criminalização da luta dos movimentos socioterritoriais e no controle da população empobrecida (BORTOLOZZI, 2008; PEDON, 2009; SILVA, 2014). Esta é uma forma do Estado de se eximir das responsabilidades como agente produtor de desigualdades.

Svampa (2007) destaca o aumento significativo do abuso dos direitos e o entendimento da luta social como delito. Evidência que essas mudanças podem ser medidas a partir do aumento do número de prisões e perseguição aos líderes sociais e fortalecidas pela visibilidade que a mídia dá a esse estigma. Como consequência, ocorrem o processo de deslegitimação das reivindicações frente à sociedade e, finalmente, o aumento da repressão de forças especiais no controle de protestos sociais. Em 2019, foram realizadas prisões arbitrárias de líderes do movimento de moradia do centro da cidade de São Paulo. As acusações de extorsão dos moradores das ocupações, feitas contra Carmem Silva, por exemplo, não foram comprovadas.¹

No entanto, o enfrentamento que vivem os movimentos socioterritoriais tem bases na sobrevivência. Assim, a resistência não é uma escolha, é uma necessidade para continuar existindo. Nesse sentido, as ferramentas são as mais variadas e são construídas nas práticas

¹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/15/carmem-silva-comemora-liberdade-dos-filhos-e-relata-perseguido-a-movimento-sem-teto>. Acesso em: 04 ago. 2020.

cotidianas de vida, no embate diário contra processos de expropriação e opressão impregnados pelas sociabilidades capitalistas, das quais os excluídos fazem parte de forma perversa e residual. Sendo assim, na luta e sobrevivência vão buscando romper com as injustiças construídas. Muitas vezes, partem dos direitos aos bens materiais e finitos e, por isso, em alguns casos buscam formas de inclusão nestas sociabilidades capitalistas-neoliberais.

Logo, um primeiro passo para compreender estas e outras experiências é realizar uma mudança de perspectiva metodológica que seja capaz de trazer à tona as características que estão submersas e, nesse sentido, romper com análises que classificam os movimentos sociais a partir das suas estruturas e demandas. Portanto, sugere-se perceber as trajetórias e as relações sociais presentes na cotidianidade dos territórios e de suas ações de reterritorialidades (FERNANDES, 2005). As intencionalidades dos movimentos socioterritoriais estudados vão além: elas reconstróem perspectivas de vida.

Considera-se que as lutas almejam também o estabelecimento de uma nova forma de fazer a vida na cidade. Ocupar o centro com moradias populares ou para todos os trabalhadores é um exemplo disso. Estas experiências convertem os territórios em alternativas à ordem. Ou seja, transformam-nos em territórios de sobrevivência e de ação sociopolítica. Neste sentido, é importante a constatação de Zibechi (2015) - autor que analisou os vinte anos de lutas sociais em territórios latino-americanos - de que o conjunto de relações sociais territorializadas existentes nas áreas rurais (no caso de seus estudos as experiências camponesas e indígenas) começa a surgir em algumas cidades, o que permite avaliar as potencialidades políticas presentes nas experiências periféricas.

Zibechi (2015) aponta que estas experiências têm promovido uma nova organização social, para a qual territórios servem, ao mesmo tempo, como espaços de sobrevivência e como lugar da construção de uma dimensão sociopolítica. O autor apresenta como exemplos de práticas dentro desses territórios: os cuidados com a saúde; as formas de educação; e os modos de produção e distribuição de seus alimentos. Essas práticas têm indicado que não se trata de meras preocupações do padrão capitalista. Destaca-se, portanto, como ponto central de análise, o alcance da potência política dos territórios como formas possíveis de resposta ao quadro vigente, considerando o entendimento das formas de organização dos movimentos socioterritoriais.

A experiência do grupo *La Boca Resiste y Propone*

Buenos Aires é reconhecida como distrito federal da Argentina, conforme o Censo

Demográfico argentino de 2010. Naquele ano, a cidade tinha cerca de 2.890 milhões de habitantes, e sua dinâmica urbana estava atrelada à dimensão de sua Região Metropolitana, denominada Grande Buenos Aires, que conta com aproximadamente 13 milhões de habitantes.

A estruturação urbana de Buenos Aires e de sua região metropolitana está apoiada, em parte, pela concentração de grandes investimentos urbanos em determinadas localizações do território, que, portanto, criam de forma concomitante espaços de grande valorização econômica e espaços de extrema vulnerabilidade, reafirmando as desigualdades socioespaciais. Dados do relatório “La situación habitacional en la ciudad de Buenos Aires” (Defensoría del Pueblo de la ciudad autónoma de Buenos Aires, 2015) apontam que o déficit habitacional era de 17% da população total (aproximadamente 490 mil pessoas sem moradia), em contraponto, existiam 65 mil imóveis ociosos em áreas centrais da cidade e cerca de 7% da população (aproximadamente 200 mil pessoas) viviam nos mais de trinta bairros precários da cidade.

Um dos elementos que faz parte das estratégias de acumulação do capital atreladas aos territórios é o projeto urbano conduzido pelo governo municipal desde 2008, nomeado de *distritos creativos*, que promove a organização da cidade em setores “criativos”, assim distribuídos: *Distrito Tecnológico (Parque Patricios)*; *Distrito Audiovisual (Colegiales)*; *Distrito de Diseño (Barracas)*; e *Distrito de las Artes (La Boca, San Telmo y Barracas)*. Segundo Thomasz (2016), este projeto segue o modelo de cidade criativa proposto por Florida (2002; 2005). Tal política propicia a concentração geográfica das indústrias criativas, com a justificativa de que a aglomeração de agentes, firmas e instituições em espaços que reúnem certas características resulta em aspectos urbanos e econômico-produtivos positivos. Além disso, estabelece uma peculiar modalidade de intervenção pública na qual o Estado atua como facilitador do mercado ao outorgar benefícios econômicos aos investidores interessados em radicar-se nos novos distritos. A institucionalização de tal política, de caráter neoliberal, tem suscitado mobilizações das comunidades locais das áreas afetadas.

As experiências estabelecidas na realidade das periferias argentinas revelam uma multiplicidade de estratégias e trajetórias de resistência de movimentos socioterritoriais, pautadas por uma base territorializada e de potência política autogestionada. Zibechi (2007) avalia que a última crise financeira potencializou a revolta de 2001, sendo que as manifestações causadas pela crise econômica culminaram nas renúncias do Ministro da Economia Domingo Carvallo e do Presidente Fernando de la Rúa.

Naquele momento, verificou-se a visibilidade de uma multiplicidade de iniciativas de reterritorialização (FERNANDES, 2005) que nasceram nos processos de sobrevivências e se converteram em alternativas ao modo de dominação. Dentre elas Zibechi (2007) cita: as fábricas

recuperadas por seus trabalhadores e colocadas a produzir sob novos critérios, ou seja, como centros de empreendimentos socioprodutivos; as assembleias de bairro e de grupos de desempregados (*piqueteros*²); e as escolas autogestionadas nas favelas e bairros periféricos. Para o autor, estas ações são algumas das manifestações da capacidade de fazer uma reconfiguração dos territórios, neste trabalho compreendida por meio dos processos de reterritorialização (FERNANDES, 2005) e com base em uma outra lógica de produção que potencializa politicamente a dimensão cotidiana.

La Boca Resiste y Propone é uma organização multissetorial³ que, desde dezembro de 2014, atua no bairro de *La Boca*, localizado na área central da cidade Buenos Aires. O grupo se organizou dessa forma em 4 de dezembro de 2014, quando, conjuntamente com moradores do bairro, trabalhadores e outras organizações sociais, culturais e políticas, convocaram uma marcha com a bandeira “*Basta de pibes y pibas muertos en el barrio. Por un presente con inclusión, para un futuro digno*”. Esta marcha foi organizada em protesto ao assassinato do jovem Gonzalo Reynoso,⁴ de 16 anos, e contra os despejos, os incêndios, o aumento da violência, o encerramento de programas sociais e a ausência de espaços de recreação e esporte. O bairro é um local tradicional e turístico da cidade de Buenos Aires e passa pela intensificação do processo de gentrificação desde 2008, sob a gestão do partido PRO,⁵ tendo maior intensidade em 2012 com a implementação do projeto do Distrito de las Artes.

Apenas em 2016, 1.106 pessoas foram desalojadas do bairro sem garantias de moradia, ao mesmo tempo em que áreas públicas foram vendidas aos grandes conglomerados imobiliários. Esta última ação está associada à questão dos terrenos da Casa Amarilla, onde há décadas as comunidades realizam diferentes atividades esportivas, artísticas e recreativas. Esta privatização foi realizada sem nenhum tipo de consulta ou participação dos habitantes do bairro. As terras deixaram de ser propriedade do Instituto de la Vivienda (IVC), órgão vinculado ao Estado e que deveria construir 1200 casas sociais. Ao contrário, passaram para as mãos do poder executivo, que, através de um decreto, atribuiu a gestão da área à Corporación Buenos Aires Sur.

O grupo *La Boca Resiste y Propone* realizou um trabalho de levantamento e denúncia

² A origem dos *piqueteros* está vinculada ao desemprego estrutural de longa duração na Grande Buenos Aires e em diversas localidades do interior, gerado a partir da crise econômica e social que atravessava a Argentina no início dos anos 2000.

³ O grupo se identifica como uma organização multissetorial considerando que fazem parte do grupo: coletivos culturais, partidos políticos, profissionais autônomos, organizações de bairro e representantes de universidades

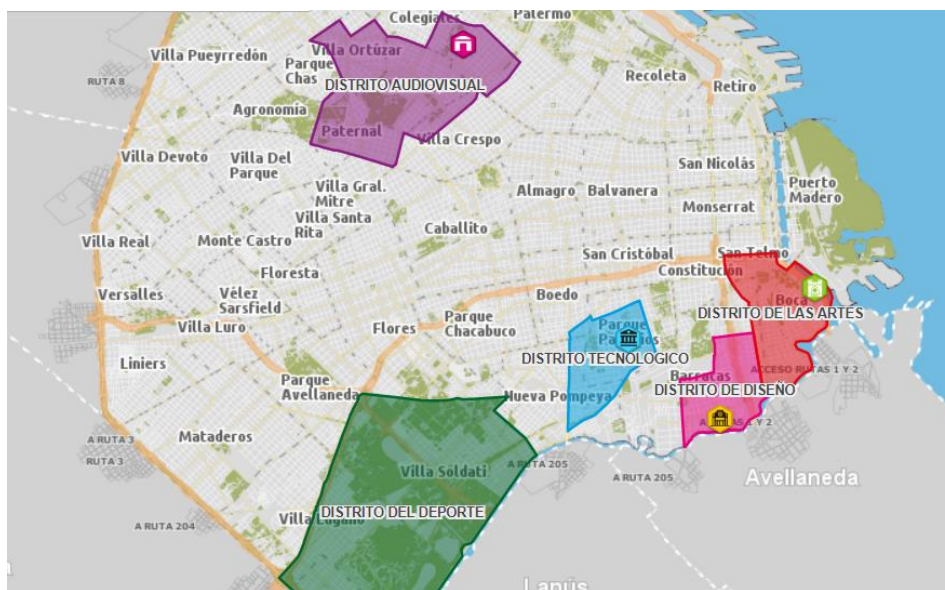
⁴ Gonzalo Reynoso era um adolescente em situação de vulnerabilidade e que vivia na rua e foi assassinado em outubro de 2014 por outros adolescentes em situação de rua.

⁵ É um partido político de centro-direita reconhecido legalmente em 2005 com o nome *Compromiso para el cambio* e, em 2008, alterou seu nome para *Propuesta Republicana*.

dos processos de exclusão e de assessoria às famílias que são desalojadas, o que lhe permite partilhar com outras organizações sociais maneiras de propor e atuar contra as investidas neoliberais impostas pelo governo municipal. Os espaços institucionalizados de gestão são reivindicados e apropriados pelo grupo, como por exemplo, o conselho consultivo da Comuna 4,⁶ da qual o bairro de La Boca é parte. Portanto, as ações do grupo *La Boca Resiste e Propone* partem da recusa do modelo de cidade neoliberal implementado, com a finalidade de denunciar a maneira como este processo tem acontecido no bairro e de propor soluções, para além de resistir.

Diante deste panorama exemplificado pelo projeto Distritos Criativos (Figura 1), observa-se a imposição de uma sociabilidade urbana capitalista e, portanto, excludente e esterilizada. Intensifica-se a financeirização do espaço público, em que o Estado desempenha papel estrutural ao promover as alterações da legislação urbana em benefício dos processos de acumulação do capital.

Figura 1: Buenos Aires - distritos econômicos.



Fonte: Governo de Buenos Aires.⁷

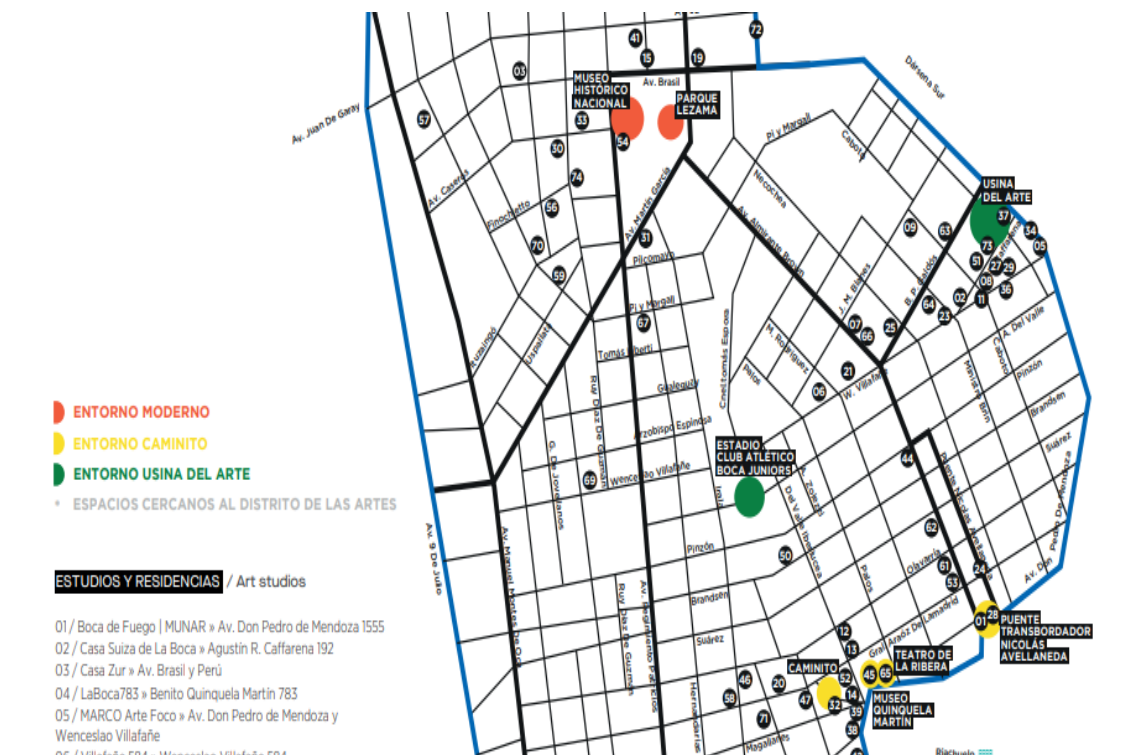
Outra leitura que pode ser feita se relaciona à forma como estes projetos de revitalização, vinculados à insígnia do Distrito de las Artes (Figura 2), adotam um conceito de cultura alheio ao que é produzido no território, não considerando em suas ações a produção de arte e cultura local.

⁶ As comunas são unidades descentralizadas de gestão política e administrativa. Na cidade de Buenos Aires existem 15 delas, que, em alguns casos, abrangem mais de um bairro. São regidas pela Lei n° 1.777 de 2005.

⁷ Disponível em: <https://www.buenosaires.gob.ar/desarrolloeconomico/distritoseconomicos>. Acesso em: 29 fev. 2020.

A concepção de cultura e arte associa o patrimônio arquitetônico como monumentalidade, e as expressões culturais potencializam circuitos elitizados. Esta experiência confirma a ideia apresentada por Haesbaert (2003), segundo a qual os processos de desterritorialização associados à exclusão social têm estado atrelados, em parte, a uma dinâmica econômica que subordina poderes políticos e “condiciona (quando não direciona) a reformulação de muitas estratégias identitárias” (HAESBAERT, 2003, p. 8).

Figura 2: Programa do Distrito de las Artes La Boca.



Fonte: Governo de Buenos Aires.⁸

Outro procedimento muito frequente é a postura da precariedade nos serviços do Estado, ou seja, o desmonte de espaços e políticas de cunho social, tais como refeitórios públicos (*comedores públicos*), centros de saúde e espaços de recreação para jovens em situação de rua (THOMASZ, 2016), o que permite, propositalmente, o aumento dos índices de pobreza, de violência e de desemprego, conforme dados do Instituto de Estatística e Censos (Indec). Tais

⁸ Disponível em: https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/mapa_web___distrito_de_las_artes_2019.pdf. Acesso em: 28 fev. 2020.

dados de vulnerabilidade são apropriados pelo discurso destas ações neoliberais, que os utilizam para degradar a imagem da região e impor sua solução de sociabilidade capitalista.

No entanto, a tentativa de impor uma visão de território vinculada ao desenvolvimento econômico e cultural, alheio às expressões e produções locais, não consegue se estabelecer plenamente, pois à contracorrente se impõe um processo de reterritorialização - de reconfiguração e de sistematização política do território - que parte das experiências e lutas territoriais. O bairro possui uma elevada concentração de grupos e organizações sociais e políticas que vêm, ao longo dos seus processos de atuação, resistindo e propondo.

A experiência da Ocupação 9 de julho: estratégia de presença e resistência

Segundo os dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE), o município de São Paulo possuía, em 2018, uma população de 11.743.659 milhões de habitantes, com o grau de urbanização mais alto de todo o estado de São Paulo: 99,10%. Dados do Plano Municipal de Habitação de 2016 indicam que, para reduzir a zero o déficit habitacional na cidade de São Paulo, são necessárias 358 mil novas moradias. No entanto, a cidade também possui cerca de 1.385 imóveis ociosos, entre prédios e terrenos abandonados ou subutilizados. Soma-se a esse número mais 830 mil domicílios localizados em assentamentos subnormais (precários) que necessitam de melhorias e regularização fundiária – o que representa quase 10% da população do município de São Paulo.

Os movimentos sociais urbanos e, principalmente, os socioterritoriais nasceram na esteira do processo de crescimento econômico dos últimos cinquenta anos⁹ e foram reprimidos na medida em que ofereciam risco à consolidação do modelo de desenvolvimento capitalista (KOWARICK, 1988). Assim, rompendo com o mito da sociedade amorfa (KOWARICK, 1979), as lutas iniciadas ainda nos anos 1970, contribuíram para que, em 2018, 149 entidades de São Paulo fossem cadastradas no programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida.

Nota-se que, em 2018, as entidades de maior organização interna e expressão eram: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que concentra suas atividades em terrenos nas periferias; o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC); a Frente de Luta por Moradia (FLM); o Terra Livre; e o Movimento de Luta Social por Moradia (MLSM), que ocupa, preferencialmente, prédios abandonados no centro de São Paulo.

⁹ Kowarick (1988), Gohn (1991) e Maricato e Fecchio (1992) destacam que a organização popular na cidade de São Paulo é derivada das condições apresentadas durante o período de forte urbanização, que se remetem às décadas de 1970 e 1980.

Ocupar o centro da cidade de São Paulo tornou-se uma estratégia de visibilidade ainda em 1990, como explica Carmem Silva, líder do MSTC:

O movimento de moradia do centro surgiu em divergência com outros movimentos sociais, a gente sempre lutou para que as pessoas **viesses morar nas áreas urbanizadas da cidade** onde tivesse acopladas a elas saúde, transporte, educação, cultura lazer, e que as famílias não fossem jogadas em grandes glebas, porque quando a família é jogada em uma zona onde não tem acesso, elas automaticamente ficam isoladas. Então, em 1993 nós decidimos que iríamos ocupar a região central de São Paulo, porque havia um grande **vazio urbano, hoje agente em 492 mil imóveis vazios, sem função social**, eu não falo da propriedade, porque título a gente só dá a quem cuida, **o vazio urbano na cidade de São Paulo é maior do que o número de famílias que não tem onde morar**. Há um grande estigma também quando a gente fala movimento sem teto, porque muitos confundem com moradores em situação de rua. Esse tem um outro trânsito. O trabalhador sem teto é aquele que não tem um moradia, porque o movimento não incentiva a propriedade, nós não queremos proprietários, não queremos um novo núcleo de especuladores, o que nós queremos formar são cidadão conscientes sabedores de seus direitos e deveres, **o movimento do sem teto faz esse fluxo de inclusão, a gente descentraliza o poder, estamos na audiência públicas, dos conselhos, municipal, Estadual, nós estamos dentro das câmaras, a gente discute a cidade**, [...] o objetivo é ter um cidade inclusiva. (Carmem Silva, Ocupação 9 de julho. Entrevista concedida em 26 de agosto de 2018, grifos nossos).

As ocupações organizadas pela Frente por Luta de Moradia (FLM) e Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), especialmente as localizadas em avenidas importantes da cidade de São Paulo, como a 9 de julho, expõem a problemática ao “ocupar” a visibilidade de áreas centrais (NEUHOLD, 2009).

Ainda, os moradores das ocupações são trabalhadores do centro da cidade que possuem trajetórias de deslocamento variadas. Há, entre eles, a esperança de que o poder público, sensibilizado ou pressionado por pedidos de reintegração de posse, implemente políticas públicas que visem o atendimento de sua demanda por moradia. Em 2019, a Ocupação 9 de julho abrigava cerca de 500 pessoas, 151 famílias ao todo, subdivididas em 14 andares. A atual configuração é derivada da ocupação ocorrida em 2016. No entanto, o prédio já foi ocupado pelo mesmo movimento cinco vezes.

O prédio é uma construção de 1940-1943, de autoria de Jaime da Fonseca, e tinha como funcionalidade inicial o uso misto de escritórios e moradias. Ademais, pertencia ao Instituto de Aposentadoria de Empregados de Transporte de Cargas (IAPETEC), que se vinculou, ainda em meados do século XX, a outros fundos de pensão e deu origem ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Como explica Villaça (1998), a partir da década de 1960 com o desenvolvimento da indústria automobilística, a cidade de São Paulo se expandiu a partir do vetor sudoeste (sentido

Marginal Pinheiros). As elites, então, se afastaram do centro e com elas foram os investimentos estatais antes ali concentrados. Com este processo, o centro histórico “degradou-se” – em detrimento do surgimento de novos bairros – tomado pelos setores de comércio informais e serviços empresariais: “com o abandono das camadas de alta renda, os valores imobiliários diminuíram, possibilitando o acesso das camadas populares, para as quais passam também a se orientar parte dos serviços e o comércio do Centro” (KARA-JOSÉ, 2007, p. 66).

Projetos de revitalização do centro passaram a ser de interesse dos planejadores urbanos já a partir de 1990. Kara-José (2007) enfatiza que, para o retorno dos interesses imobiliários, houve a necessidade de mudar a imagem do centro, o que demandou projetos empresariais que reuniram: “1. utilização da construção de equipamentos culturais e restauração do patrimônio histórico como projetos de recuperação urbana; 2. a associação de capital público e privado na formulação dos projetos” (KARA-JOSÉ, 2007, p. 67). São Paulo adotou, então, o status de cidade mundial emergente, isto é, global. Para tanto, foi necessário afastar os pobres que ocupavam prédios abandonados.

Para se tornarem atraentes e competitivas, as cidades seguem uma “receita” atrelada à produção de imperativos, sendo que um deles se realiza em reformar as áreas centrais, ato conhecido como “revitalização” de áreas degradadas.¹⁰ Gestar uma cidade, atualmente, é sinônimo de empresariamento dos espaços públicos e se caracteriza como uma disputa em que os governantes buscam alinhar as propostas e os planos da cidade ao cumprimento dos imperativos estabelecidos pelas novas demandas da nova economia. Nessa dinâmica, as chamadas Operações Urbanas exercem este papel na produção da cidade. Tais operações têm origem na discussão sobre o conceito de “solo criado”, que dominou o espaço acadêmico na década de 1970.

O prédio que hoje abriga a Ocupação 9 de julho, até 1970, era ocupado por moradores vinculados ao alto escalão do INSS. No entanto, em 1980 o prédio foi desocupado e permaneceu sem uso. A partir de 1990, o prédio passou a ser ocupado pelo MSTC, que já realizou quatro entradas e saídas que sempre foram marcadas pela promessa da prefeitura de requalificação e destinação à moradia popular. A ocupação em questão tomou ampla visibilidade, por conta de sua organização, após o trágico incêndio da Ocupação Wilton Paes de Almeida.

Esse episódio intensificou a fiscalização do governo municipal nessas moradias. As ações da prefeitura buscavam indícios de criminalidade e desobediência de regras de segurança, como a ausência de extintor de incêndio. Desde então, a Ocupação 9 de julho passou a promover

¹⁰ Ver: Projeto Nova Luz, em São Paulo.

ações culturais que ajudassem a debater a questão da moradia em São Paulo. A mensagem “venha conhecer uma ocupação”, lançada pelo MSTC, foi amplamente difundida na cidade durante 2018 e 2019.

O discurso do MSTC remodela o padrão de ocupação da cidade. Não é a conquista da propriedade em si o que está em questão, por considerar que ela estimula a especulação imobiliária. Acredita-se que o direito à moradia deve ser desvinculado do mercado imobiliário. Para tanto, a luta do movimento é propositiva ao sugerir, por exemplo, um novo modelo de moradia baseado na “alocação social”, que se fundamenta na concessão de uso do imóvel, e não na propriedade dele.

Figura 3: A Ocupação 9 de julho.



Fonte: acervo da pesquisa de campo.

As estratégias de permanência e resistência fixam-se na visibilidade. A ocupação recebe, mensalmente, eventos como almoços abertos a diversos públicos, festas, como a junina, shows de artistas consagrados da música brasileira, projetos de pesquisa de diversas universidades, dentre outras atividades políticas e culturais. Conta também com uma rede de apoio que inclui serviços de saúde, tais como dentista e auxílio psicológico.

Solidariedades comunitárias, visibilidade, comunicação e partilha na luta pela reterritorialização

Os movimentos estudados, *La Boca Resiste y Propone* e Movimentos Sem Teto do Centro (MSTC), podem ser interpretados a partir das considerações realizadas por Fernandes (2005) e Zibechi (2007). Verificou-se que, em ambas as organizações coletivas, a participação

política propõe a horizontalidade na organização, as assembleias como forma de tomada de decisões (ZIBECHI, 2007) e, principalmente, o vínculo com o território (FERNANDES, 2005). Esses elementos orientam as ações e as práticas dos grupos de estudo. O vínculo com o território é marcado pelo grau de envolvimento com as causas e as situações cotidianas, que ganham espaços de debate, proposição e reflexão nas reuniões semanais que os grupos realizam, assim como pelo entendimento de que aqueles que ali propõem e resistem são pertencentes ao território e constroem suas identidades a partir dele.

Na luta por moradia em São Paulo, são diversas as estratégias e ações. Tatagiba, Parteniani e Trindade (2012) esclarecem que se “se destacam como estratégias principais, embora não exclusivas: 1) a ocupação de prédios e terrenos públicos; 2) a participação em espaços institucionais; 3) a luta por moradia no centro e 4) a construção por mutirão autogestionário” (TATAGIBA; PARTENIANI; TRINDADE, 2012, p. 401). Quando se trata da ocupação no centro, é comum que no dia da ocupação do prédio, da “festa”,¹¹ compareça o número máximo de pessoas envolvidas no movimento, inclusive, moradores de outras ocupações.

A ideia de ocupação é bastante presente no meio dos movimentos socioterritoriais, constituindo-se uma das mais fortes expressões da resistência organizada. Segundo Pedon (2009), “a ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização; quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos desterritorializados” (PEDON, 2009, p. 173), e ainda o autor considera que:

A iniciativa de ocupar uma área rural ou um prédio deve desenvolver um conjunto de procedimentos que toma forma e vai aos poucos definindo uma metodologia de luta popular. Os componentes constitutivos de uma ocupação são: a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação. (PEDON, 2009, p. 179).

Para além das ações fundamentalmente consideradas como políticas que envolvem as ocupações, observa-se, por exemplo, na Ocupação 9 de julho, a construção de “espaços comuns”, tais como: cozinha e horta comunitárias; espaços de brincadeira; e espaços de convivência, como a biblioteca. A movimentação de um andar para o outro é realizada por meio de escadas, e elas também são espaços importantes de convivência, pois funcionam como redes informacionais. São nelas que os moradores trocam referências de diversas qualidades, de vagas de emprego a dicas sobre os preços dos produtos nos supermercados. Uma vez por mês, por

¹¹ Forma como os militantes chamam o dia do movimento de entrada no prédio ocioso.

meio de um mutirão, faz-se a limpeza do prédio todo. Nesse momento, com a junção de todos, desenvolve-se a consciência e a gestão coletiva colaborativa do espaço de vida. A consciência coletiva é importante, pois garante a proteção dos moradores em caso de uma reintegração de posse ou acidente/incêndio. O foco é a construção de uma relação horizontal entre lideranças e moradores na busca pela reterritorialidade.

No caso argentino, a integrante do grupo Natalia Negra, quando questionada sobre as estratégias de resistência do grupo, esclarece:

Eu acho que está relacionado ao tipo de composição que tem o espaço, e isto ajuda pois estamos em contato com a demanda real o tempo todo, nós não fazemos política territorial fora do território, ou seja, construímos demanda territorial dentro do território e somos parte dos atores sociais que demandam. Nosso espaço é composto por vizinhos, organizações política e sociais, instituições. A demanda chega por todos os lados, lógico que ainda tem coisas que ficam de fora, mas construímos junto com o outro, não para o outro, somos o outro, não temos que fazer uma enquete para saber o que o povo pensa porque somos parte dele, não temos que perguntar o que pensa o bairro, porque nós moramos, militamos, trabalhamos neste bairro. Não aparecemos um dia por semana para saber o que está acontecendo, pois somos parte mesma desse povo que constrói, organiza e leva em frente ações que permitam transformar a realidade no território. (Natalia Negra, *La Boca Resiste y Propone*. Entrevista concedida em 29 de novembro de 2016).

A solidariedade combativa, sobre a qual comenta Natalia Negra, é parte estrutural dos processos constituídos pelos moradores e, pontualmente, pelos que passam por situação de vulnerabilidade institucional, caracterizada pela frágil política de moradias, a violência contra jovens, a falta de emprego e o aumento da miséria. O grupo se prontifica a organizar e a apoiar marchas em defesa dos direitos do território ou em memória dos jovens assassinados, assim como realiza eventos que possam angariar fundos para auxiliar as famílias despejadas. A marcha (Figura 4) é considerada uma estratégia histórica na experiência dos movimentos sociais na Argentina, garantindo a construção de redes e formas de reconhecimento. Portanto, configura-se como um espaço de visibilidade, trocas e fortalecimento da luta.

No processo de atuação do grupo, a marcha é uma prática que se faz presente como estratégia de visibilidade, local e regional, que tem sido capaz de sensibilizar um grande número de pessoas do bairro e, em algumas situações, amplia-se para um debate mais regional, atingindo outras dimensões do território da cidade. Nestes casos, a marcha tem possibilitado o compartilhamento das lutas e das resistências de diferentes grupos, configurando-se como local de debate e construção de processos horizontais de participação social e política. Além disso, as marchas representam processo de legitimidade e registro de suas lutas, uma maneira de demarcar seu papel no território diante dos processos excludentes.

Todos os momentos significativos e de inflexão das ações e práticas *do La Boca Resiste y Propone* foram marcados por marchas.

A marcha se formou a partir da resistência à violência: à violência institucional, à violência de ver morrer os rapazes do bairro por situações evitáveis. E por toda essa violência que se acumula dissemos chega, temos que fazer alguma coisa, porque somos um monte de organizações sociais, políticas, de moradores, profissionais e trabalhadores do bairro La Boca que estamos fazendo um esforço grande de denunciar a violência como foi o caso do Gonzalo, que foi quando nasce *La Boca Resiste y Propone*, pois sua morte marcou um objetivo e claramente a realidade nos mostrou que todo o esforço que fazemos ainda não é suficiente, pois não deu para que o Gonzalo vivesse. (Gabriela Eroles, *La Boca Resiste y Propone*. Entrevista concedida em 28 de novembro de 2016).

Para o grupo, esse é um momento de extrema importância para análise de suas práticas e da dimensão do alcance de suas ações junto à comunidade. Exemplo disso é a marcha que aconteceu em setembro de 2016, cujo objetivo foi denunciar o despejo de 1.106 moradores do bairro, que viviam em cortiços em situação de vulnerabilidade e que foram motivados a sair pela ação de grandes empreendedores imobiliários. Vale salientar que muitos destes despejos vieram acompanhados de incêndios.

Tratou-se de um momento de reconhecimento de que os processos de vulnerabilidade que os moradores das ocupações sofrem, tais como a violência, a desigualdade e a ausência de infraestrutura social e territorial, são os mesmos que sofrem todos aqueles que estão em condição semelhante. Portanto, a marcha representou a construção de um consenso popular e territorial capaz de construir uma sistematicidade política territorializada.

Figura 4: Marcha contra a política de despejos em Buenos Aires (2016) e Marcha contra criminalização dos movimentos sociais em São Paulo (2019).



Fonte: acervo da pesquisa.

No caso de São Paulo, no dia 09 de maio de 2018, oito dias depois do trágico acidente e desabamento da ocupação do Prédio Wilton Paes de Almeida, os movimentos de moradia de São Paulo se reuniram em frente à Catedral da Sé e marcharam até o local do acidente no Largo Paissandu, reivindicando que as autoridades políticas atuassem de maneira a liberar verbas para a construção de moradia popular, e protestaram contra a criminalização dos movimentos sociais.

Neste embate com o modelo neoliberal, a apropriação dos espaços oficiais de participação também tem sido uma estratégia de marcar território, de denúncia e de proposição dos movimentos sociais na cidade de Buenos Aires e São Paulo. No caso argentino o grupo *La Boca Resiste y Propone* continua o trabalho de mapeamento dos despejos, auxílio judicial e material aos desalojados e, ainda, realiza campanhas denunciativas e propositivas.

Figura 5: Folder de chamada para assembleia e mural em homenagem à Gonzalo.



Fonte: acervo da pesquisa.

Estas perspectivas reiteram o que Merklen (2005) analisou sobre a tensão em que vivem os movimentos sociais, entre a situação e o projeto, ou seja, a experiência que os movimentos socioterritoriais locais revelam de reivindicarem direitos e negociarem a assistência. Em março de 2017, os grupos *Vivienda y Hábitat* e *La Boca Resiste y Propone*, com apoio do *Observatorio del Derecho a la Ciudad* (ODC), denunciaram a emergência habitacional pela qual passa o bairro de La Boca, considerando como uma das dimensões desta emergência a crescente quantidade de despejos ocorridos no bairro após a aprovação da Lei nº 4.353, que implementa o Distrito de las Artes.

As ações e práticas empenhadas pelos movimentos socioterritoriais despertam para o entendimento de que a resistência, em um primeiro momento, não é uma opção e sim uma questão de sobrevivência cotidiana que garante os benefícios sociais mínimos, tais como comer, morar e viver. Ocupar os espaços oficiais de tomada de decisões como os conselhos municipais ou, ainda, construir espaços de legitimidade ao propor políticas e leis populares são processos constitutivos e ampliados desta mesma sobrevivência.

Em contrapartida à lógica hegemônica de produção do espaço, no caso argentino, que, a partir do projeto do Distrito de las Artes, impõe uma concepção de cultura e arte mercantilizada e, portanto, alheia à cultura e arte local, o grupo promoveu, em 2015, uma campanha de mobilização de artistas locais para produzirem *Murales* em locais estratégicos do bairro como,

por exemplo, em frente ao clube Boca Juniors. Os murais deveriam representar as demandas locais e os processos de vulnerabilidade que atingem a maioria da comunidade. Para tanto, foram eleitos sete temas para os murais: educação; moradia; saúde; a luta pontual sobre o tema dos terrenos da casa Amarilla; a morte evitável dos jovens; recreação e lazer; e a justiça contra a morte de Gonzalo (Figura 5). A proposta do referido projeto neoliberal, enquanto discurso, é promover a arte e a cultura para fazer cumprir sua função social para os vizinhos do bairro. Em contraposição a este discurso, o grupo propõe uma ação realmente social e transformadora que parte das experiências locais:

Nos também acreditamos que a arte cumpre uma função social, ou seja, se ela hoje está a serviço dos interesses dominantes e dos setores econômicos, também pode cumprir uma função social ao serviço das forças transformadoras do povo. (Natalia Negra, *La Boca Resiste y Propone*. Entrevista concedida em 29 de novembro de 2016).

A campanha teve uma extrema visibilidade ao atingir uma dimensão regional e ser divulgada em diversos meios de comunicação, e, também, uma dimensão local que potencializou, de forma simbólica, a luta pelos direitos violados.

No caso do movimento em São Paulo, além da ocupação de lugares como o Conselho Municipal de Moradia, a ideia de participação com viés cultural é fundamental. Carmem Silva, líder do MSTC, relata a importância de uma rede de jornalistas, políticos e artistas de diferentes expressões. Inúmeras intervenções culturais, tal como o grafite, hoje preenchem as paredes das ocupações em São Paulo. A Figura 3 traz esse aspecto.

Dessa maneira, observa-se nas duas experiências analisadas que a comunicação e a cultura se configuram como um meio de atuação dos movimentos socioterritoriais para produzir sua vida, sua luta e seu fazer político. Esta ambiência está imbricada nas relações concretas e simbólicas, ou seja, no território e na cotidianidade. E por meio deste entendimento, observa-se que o grupo produz dois campos de significação: o primeiro, a possibilidade de partilhar e fortalecer a própria luta por meio da comunicação (midiática, oral, escrita) e de certas manifestações artísticas e culturais; o segundo apresenta a garantia, ao mesmo tempo, do registro, da legitimidade da pauta da luta e da visibilidade do grupo.

Recuperando o sentido antropológico da ideia de ocupar, entende-se a criação de uma sistemática que é, sobretudo, simbólica. Esta ação é ritualística e constitui-se como um limiar, uma condição transitória, conforme definido por Victor Turner (1974) em estudo clássico sobre a prática ritualística e a vida social. Há uma performance ou dramatização, cuja intencionalidade está na apresentação e sensibilização da sociedade para as contradições expressas no território.

Dessa forma, as ações são orientadas à reconstrução do sentido de viver na cidade, da sociabilidade que ela ainda pode oferecer, enquanto espaço comum.

Dessa maneira, pensar o “comum”, além de resgatar as ações políticas dos limites burocráticos e considerá-las como o ambiente da verdadeira participação social, como sugerem Dardot e Laval (2017), pode ainda “opor-se à tendência dominante de nossa época: a da ampliação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 17).

A proposta trazida pelos movimentos socioterritoriais urbanos apresenta outras formas “estar” na cidade. A proposição de espaços culturais e produtivos mais inclusivos e não exclusivos a uma determinada classe social, bem como a produção de alimentos por meio de hortas comunitárias e a alocação social como novas formas de questionamento da propriedade particular dos imóveis, apontam para outras possibilidades de experiência social que fazem frente ao modo capitalista concorrencial implantado em nossas cidades em diferentes escalas. Logo, considera-se que desnaturalizar essa perspectiva tem sido a bandeira dos movimentos socioterritoriais trabalhados neste artigo.

Considerações finais

A análise das territorialidades construídas pelo grupo *La Boca Resiste y Propone*, no contexto político econômico e social de Buenos Aires, e da Ocupação 9 de julho, em São Paulo, revelam que, diante do quadro de recrudescimento das forças do capital, os setores empobrecidos vêm empenhando esforços para a construção de outras sociabilidades urbanas latino-americanas. Todo este corpo de significações históricas e identitárias, atrelado às maiores possibilidades de apropriação das técnicas contemporâneas pelos setores populares, tem desenhado caminhos possíveis de superação de uma sociabilidade capitalista construída e imposta verticalmente.

Avaliou-se que, em momentos de crise do sistema de exploração, os sistemas de dominação se retroalimentam e, no caso, criam experiências de total opressão e expropriação material e simbólica. Em Buenos Aires e em São Paulo, observou-se o esgarçamento dos direitos humanos que se materializam espacialmente. Neste sentido, as estratégias do poder hegemônico de controle sobre o território, entendido com espaço de acumulação do capital, militariza a vida e desmonta as políticas públicas sociais que amenizavam a pobreza. Imageticamente, ainda como estratégia de convencimento da opinião pública, o Estado e a mídia depreciam os bairros periféricos e lhes impõem o estigma da violência e da ilegalidade.

Verifica-se que, nesse contexto, os processos de resistência e formação dos movimentos socioterritoriais na América Latina, com a finalidade de reterritorialização, priorizam ações de resistência e sobrevivência a partir de: dispositivos de valorização e visibilidade de sua identidade política, cultural e étnica; ocupação material e simbólica dos territórios; tomada de espaços oficiais de gestão como meio de assegurar a garantia à legitimidade de sua proposta de apropriação territorial; construção de locais de formação de suas bases vinculadas à cotidianidade local; e constituição de redes de solidariedade para além de seu território e que servem de espaço de partilha e visibilidade.

Por fim, entende-se que, guardando suas especificidades locais e históricas, os elementos reflexivos do estudo de caso ampliado apresentado neste artigo podem ser identificados em outras experiências e apontam para a construção de uma análise e síntese conjugada da história da América Latina e dos processos de resistência aqui empenhados pelos setores empobrecidos ou incluídos perversamente na ordem capitalista em questão. Os movimentos socioterritoriais, para além de suas pautas de demanda, se destacam por serem ambientes em que se repensa o território de maneira propositiva, e este aspecto está para além da resistência aos processos neoliberais em curso.

Referências

ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BORTOLOZZI, André. **Criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à consolidação dos direitos fundamentais**. Curitiba: UFPR, 2008.

BURAWOY, Michael. **Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição**. São Paulo: Alameda, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO DE LA CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES. **La situación habitacional en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires**. Disponível em: [SituacionHabitacional-1.pdf](#) (defensoria.org.ar) Acesso em: 13/01/2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n.6, p.14-34, jan-jun.2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.15, p. 59-85, 2000.

FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class**: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life. Nueva York: Basic Books. 2002.

FLORIDA, Richard. **Cities and the creative class**. Nueva York: Routledge. 2005.

GOHN, Maria da Glória **Movimentos sociais e luta por moradia**. São Paulo: Loyola, 1991

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, Vol. 29, n.1, p.11-24, jan./jun, 2003.

HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. *et. al.*, **Geografia: Conceitos e temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Ananablume, 2005.

JARA HOLLIDAY, Oscar. **El aporte de la sistematización a la renovación teóricas prácticas de los movimientos sociales**. S. Jose: Alforja, 1998.

KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas Culturais e Negócios urbanos**: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARANDOLA, Eduardo Junior. Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. CUNHA, José. Marcos. Pinto (org). **Mobilidade Espacial da População**: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Nepo - Unicamp; 2011.

MARICATO, E.; FECCHIO, F. A luta pelo direito de morar. **Revista Travessia**, São Paulo: Ed. CEM ano 05, n. 14, p. 25-30, 1992.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MERKLEN, Denis. **Pobres ciudadanos**. Las clases populares en la era democrática (Argentina 1983-2003). Buenos Aires: Gorla, 2005.

PEDON, Nelson Rodrigo Pedon. **Movimentos socioterritoriais**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009

NEUHOLD, Roberta. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos**: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Plano Municipal de Habitação**. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2014/08/20161221_PMH_PL_bxa.pdf. Acesso em: 28/02/2019.

SANCHES, Fernanda. **A reinvenção das cidades**: para um mercado mundial. Chapecó: Argos, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. **Interface: a journal for and about social movements**, v. 1, p. 105 - 124, January, 2009.

SILVA, Simone da Conceição. **A atualidade da criminalização produzida sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST**: o caso do acampamento Chico Mendes. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

SVAMPA, Maristella. **Movimientos sociales y escenario político**: las nuevas inflexiones del paradigma neoliberal en America Latina. Observatorio Social de América Latina CLACSO, 2007.

TATAGIBA, Luciana.; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar. **Opinião pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 399 – 426, novembro, 2012.

THOMASZ, Ana Gretel. Los nuevos distritos creativos de la ciudad de Buenos Aires: la conversión del barrio de La Boca en el “Distrito de las Artes”. **Revista latino-americana de estudios urbanos e regionales**, Santiago, v. 42, n. 126, p. 123-144, 2016.

TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/ Lincoln Institute, 1998.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios en resistència**: cartografía política de las periferias urbanas latino-americanas. Buenos Aires: Lavaca, 2015.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones América Latina en movimiento**. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2007.

Sobre as autoras

Fabiana Felix do Amaral e Silva - Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1999) e Mestrado (2006) e doutorado (2011) em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Pós doutora no Programa de Mudança Social e Participação Política da EACH-USP. Pós doutora do PLUR-UNIVAP. Atualmente é Professora e Pesquisadora do Programa em Planejamento Urbano e Regional (PLUR-UNIVAP), nos cursos de Mestrado e Doutorado. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5754-9745>.

Lidiane Maria Maciel - Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2009), mestrado (2012) e doutorado (2016) em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou estágio Sanduíche na Université de Paris - Ouest Nanterre (2014-2015) e é Pós-doutora pelo Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas na área de técnicas e métodos de pesquisa social (2017). Docente-pesquisadora na Faculdade de Educação e Arte, da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Urbano (PLUR IP&D UNIVAP). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5029-7645>.

Como citar este artigo

SILVA, Fabiana Félix do Amaral e; MACIEL, Lidiane Maria. A experiência dos movimentos socioterritoriais na América Latina: relatos de um estudo de caso ampliado entre São Paulo e Buenos Aires. **Revista NERA**, v. 24, n. 61, p. 61-86, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de contribuição individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora Fabiana Felix do Amaral e Silva ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora Lidiane Maria Maciel, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise; ambas as autoras pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 01 de janeiro de 2020.

Devolvido para revisão em 09 de junho de 2020.

Aceito para publicação em 21 de janeiro de 2021.
